



PROBLEMAS DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA NA ÉPOCA COLONIAL: A CASA GRANDE DE GILBERTO FREYRE

Carlos Ziller Camenietzki*

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

carloziller@ifcs.ufrj.br

RESUMO: Um dos maiores problemas com o qual se depara o estudioso da atividade científica no Brasil de épocas passadas é a identificação de sua cultura urbana. Ao valorizar o mundo rural de outros tempos, a obra de Gilberto Freyre sobre a formação brasileira colaborou para fixar a idéia de que o tempo colonial foi aquele em que a Casa Grande definiu os traços mais marcantes de nossa cultura. Com isso, desvalorizamos os trabalhos intelectuais do Brasil dos seus três primeiros séculos de existência, e com eles, a ciência que se produziu por aqui.

PALAVRAS-CHAVE: Gilberto Freyre – Brasil Colônia – Intelectuais Brasileiros – Ciência Colonial – Historiografia Colonial

ABSTRACT: One of the greatest problems in which the researcher of the scientific activity in Brazil of the past has is the identification of the urban culture. Upon valuing the rural world of others times, the work of *Gilberto Freyre* about the Brazilian formation collaborated to set the idea that the colonial time was that one in which *A Casa Grande* (The Big Home) has defined the most outstanding lines of our culture. Because of that, we didn't value the intellectual works of Brazil of its three first centuries of existence, and with them, the science that was produced around here.

KEYWORDS: *Gilberto Freyre* – Colonial Brazil – Brazilian Intellectuals – Colonial Science – Colonial Historiography

Gallia est omnis divisa in partes tres,
quarum unam incolunt belgae, aliam
aquitani, tertiam qui ipsorum lingua celtae,
nostra galli appellantur

Julio César, De Bello Galico, I, 1

Os três povos que constituíram a Gália, os belgas, os aquitanos e os gauleses, no entender de Júlio César, foram exatamente aqueles submetidos ao poder de Roma. O

* Professor do Departamento de História da UFRJ. O autor agradece ao CNPq por lhe ter fornecido os meios materiais para a realização deste trabalho.

conquistador, que não pertencia a nenhum destes três grupos, deixou registrado seu feito num dos mais conhecidos textos latinos, que começa exatamente com a frase acima. Não deixa de ser curioso constatar que a proposta vencedora do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para se definir um modelo para a escrita da História do Brasil, aquela apresentada por Carl von Martius e publicada na Revista do IHGB em 1845,¹ propusesse que o Brasil fosse pensado a partir da composição de três raças fundamentais. A curiosidade está, sobretudo, na escolha do número três, utilizado para designar a quantidade de povos integrantes da região do mundo em questão e no fato do escritor não pertencer a nenhum dos grupos citados. Fica-se tentado a crer que o ternário é algo que organiza o pensamento do Ocidente, ou ao menos aquele relacionado às conquistas e que, por esta razão, faria parte da própria realidade.

Ao contrário do texto de César, o de von Martius nos colocou diante de um problema historiográfico de largo fôlego: o Brasil seria constituído por povos originais, ou “raças” – o “branco” (ou o europeu), o “negro” (ou o africano) e o indígena. Curioso ainda perceber que o texto de César não é assumido como uma das fontes fundadoras da historiografia francesa, o que não ocorreu com aquele publicado na revista do IHGB.

Alertados pela intensa discussão que varreu a Europa nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais brasileiros que se debruçaram sobre a História e sobre a formação do Brasil não deixaram de alimentar a noção de “raça” como instrumento básico para o entendimento da constituição do povo brasileiro, de suas características e competências. Porém, nos anos que seguiram à Revolução de 30, o panorama se altera, como se as transformações da sociedade impusessem uma reflexão de outra substância a seus intelectuais. Entre aqueles inúmeros dessa geração, seduzidos pelo imenso potencial heurístico desta noção, encontrava-se um dos mais importantes intelectuais brasileiros do século XX: Gilberto Freyre, que dispensa apresentações.

Freyre colocava o problema da constituição do povo brasileiro em termos invertidos com relação ao que se debatia naquele tempo. A miscigenação, tida pelos teóricos racialistas da *Belle Époque*, como elemento degradador da civilização, era para Freyre uma das grandes qualidades do povo brasileiro. Além disso, o pernambucano buscava agregar a “cultura” na massa conceitual que envolvia as teorias sobre as

¹ Cf. GUIMARAES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.

formações humanas do Brasil. Assim, ele acabou por inverter a equação tão cara ao pensamento conservador: a combinação e a transformação da cultura (e das raças) operada no Brasil é sua fonte de riqueza e não sua deficiência. Passo que se revelou crucial no final do século passado, mas também neste que agora toma início, muito depois da morte deste celebrado autor.²

Por mais tentados que estejamos a enaltecer a operação freyreana, sobretudo após a constatação de seu impacto extraordinário na cultura brasileira, o problema que nos prende a ele neste momento é de outra natureza. Trata-se aqui de examinar um terreno arenoso associado firmemente à sua grande obra sobre a época colonial, **Casa Grande e Senzala**, que apresenta conseqüências severas para a imagem que temos do Brasil daqueles tempos.³ É certo que não será difícil compreender as propostas de Freyre no quadro vasto das apreensões dos brasileiros das primeiras décadas do século XX, mas isso não nos impede de ponderar as dificuldades decorrentes de elementos da imagem do Brasil reforçados por este seu livro.

Em primeiro lugar, esta obra maior da literatura brasileira centra seu campo de reflexão na unidade produtora rural, por excelência, dos tempos coloniais: o engenho de açúcar nordestino. Sua preocupação são as relações humanas desenvolvidas neste espaço social entre escravos, trabalhadores livres, domésticos, “agregados” e a família senhorial. O espaço da análise é, sem dúvida, muito importante na formação do Brasil, seus resultados também. Afinal, como sabemos há muito, o açúcar foi um importantíssimo produto brasileiro das primeiras épocas de ocupação portuguesa na América; também se deve a ele o próprio desenho colonial do espaço dominado por europeus no Atlântico Sul, o regime das propriedades rurais, o modo de exploração da força de trabalho e certamente boa parte dos traços da cultura dos ocupantes deste território.

Mas a questão que nos prende no momento não é dependente da avaliação do papel do açúcar na formação do Brasil, nem mesmo da cultura daqueles ligados à sua produção. Importa-nos a análise de Freyre e suas conseqüências nos nossos modos de

² A bibliografia sobre Gilberto Freyre é gigantesca. Contudo cabe destacar alguns títulos, sobretudo: ARAÚJO, Ricardo Augusto Benzaquen de. **Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e A Obra de Gilberto Freyre Nos Anos 30**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994; e PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: UNESP, 2005.

³ Cf. FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

interpretar a cultura brasileira dos tempos coloniais e seus possíveis resíduos ativos até hoje.

Embora submetido à séria crítica desde a primeira aparição, a obra incidia sobre temas que o bom senso já apontava como grandes problemas a serem resolvidos no país, em particular, sua urbanização. Há um século, víamos nossa terra como um recanto atrasado, ruralizado e povoado de jecas-tatus, que produziam pouco além do necessário à subsistência, salvo algumas “ilhas” em que a monocultura permitia exportar produtos agrícolas. A projeção para o passado deste Brasil a ser superado foi um elemento que contou para que **Casa Grande** fosse acolhido regiamente ao longo dos tempos.

Mas a operação frutuosa veio acompanhada de um problema básico: esta terra teve começo. O Brasil, e antes dele a América Portuguesa, e antes dela os domínios portugueses no Novo Mundo e antes deles, as capitâneas tomaram início a partir do litoral, das feitorias, da ocupação e do povoamento de pontos singulares da costa atlântica da América do Sul. Não é aceitável propor que a cultura brasileira tenha por marco fundador o engenho nordestino do século XVIII, ou a mina de ouro do mesmo tempo. Conforme aprendemos desde os primeiros anos de escolarização, os portugueses da ocupação começaram por fazer fortificações, vilas e cidades, sempre à borda do mar, “como caranguejos”. A partida para o interior foi lenta e dificultosa, ocupando alguns séculos.

O Brasil, para simplificar, começou urbano. E urbano do século XVI! Nunca é demasiado lembrar que isso não corresponde ao urbano do século XX, com suas indústrias, seus jornais, sua cultura, conforme bem sabemos; mas tampouco corresponde ao vazio, a lugar algum, simples porta de entrada para aquilo que virá a ser importante na cultura apenas três ou quatro séculos depois do início da colonização.

Ora, esse processo de ocupação do litoral pela formação de presídios, pequenas vilas, cidades, etc., foi também ele demorado, mas ao final do seu primeiro século, a capital, Salvador, já era cidade importante dos domínios de Portugal. Na passagem ao século XVII, dispunha de estaleiro, sólida atividade econômica com artesãos, comerciantes, etc. Suas estruturas religiosas também eram florescentes, embora apoiadas sobretudo nas ordens religiosas, padres jesuítas e outras. Mais algumas décadas, a cidade ganhava estrutura jurídica superior – Tribunal da Relação – e suas organizações políticas se firmavam. Por volta de 1630-40, a capital dos domínios

lusitanos na América era uma cidade de grande importância. Bem menos prósperas que Salvador, as demais cidades do litoral também cresciam e diversificavam suas atividades.

Não é razoável crer que essa característica urbana possa ter passado em branco na formação cultural do Brasil, que ela possa desaparecer em favor de um domínio rural tardio. Pareceria que estamos buscando foco para nossas atenções exatamente naquilo que nos distancia do mundo documentado por historiadores da época colonial, e pelos mais retumbantes feitos dos portugueses do Brasil e de seus governantes dos primeiros séculos de ocupação. Afinal, seria muito desajeitado imaginar que todos os esforços de recuperação de Salvador em 1625, de Recife trinta anos mais tarde, e muitos outros pudessem ser entendidos apenas como o empenho pela retomada de portos de exportação de açúcar, de tabaco, couros, etc.

Ainda que aceitássemos a tese da ruralização progressiva e acelerada, não parece razoável crer que o vasto mundo das casas grandes do interior pudesse vencer um enfrentamento cultural com os centros urbanos. Nada sugere que os engenhos subordinassem as cidades litorâneas, submetendo-as à lógica de seus poderes e às relações sociais que só têm cabimento em espaço rural. Isso sem falar nos problemas identitários, patrimoniais e políticos envolvendo aqueles que viviam nas fazendas e que resolviam boa parte de seus grandes contrastes nas estruturas jurídicas e políticas dos centros urbanos.

Por outro lado, não deixa de ser curioso o fato de utilizarmos o termo “colônia” para designarmos a época de conquista e ocupação do Brasil por parte dos portugueses. A palavra é de origem canônica, sem dúvida, presente no latim, designa uma propriedade rural, uma fazenda ou um posto avançado no meio de terra hostil e/ou inimiga. Seu uso no Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII corresponde mais ou menos a seu sentido latino; por exemplo escrevia-se “colônia do Sacramento” no século XVIII, mas não se dizia “colônia da Bahia”, nem mesmo “colônia do Rio de Janeiro”, no século XVII; muito menos usava-se este termo para designar o conjunto dos domínios portugueses no Novo Mundo. Efetivamente, tomados os termos da época, a região de Salvador só foi “colônia” nos tempos de Caramurú, no século XVI, e, ainda assim, durou pouco. O uso generalizado do termo “colônia” para designar a terra e a gente dominada por Portugal na América é tardio, data ao menos do tempo de D. José I, quando este lugar vai deixando de ser a América Portuguesa, e o uso do termo “colônia”

ganha força após a independência americana, designando sobretudo uma terra, e sua gente, submetida a um domínio político externo e opressor, sentido predominante hoje em dia.

Mas este é um outro problema.

A escolha de Freyre pelo cenário rural, dos engenhos de açúcar, como o espaço privilegiado para a interpretação da cultura brasileira mostrou-se empática mais pelo peso do problema da urbanização no Brasil das primeiras décadas do século XX que pelo desenho documentado da América Portuguesa do século XVII. Como seria esperável, se esse ponto de vista apresentou enorme valor heurístico, ele não deixou de obscurecer a cidade, o meio urbano colonial e as relações sociais que engendrava, na formação de nossa identidade e de nossa cultura. É certo que o mestre pernambucano não deixou o espaço urbano completamente abandonado, anos após a publicação de **Casa Grande e Senzala** apareceu **Sobrados e Mucambos**, no qual ele analisa a cultura brasileira da época imperial. Contudo, o estrago já estava feito: sua análise dos tempos coloniais somou-se ao sentimento comum de vivermos num país atrasado, ruralizado, dominado por coronéis e conformado numa vida política senhorial.

Voltando ao conteúdo básico do que seria a vida e a cultura do Brasil daqueles tempos, as condições imaginadas por Freyre caíram em perfeita harmonia com elementos presentes no ideário comum de nossa intelectualidade do início do século passado, particularmente naquilo que diz respeito à vida política. O mundo da *Casa Grande*, em quase tudo o que respeita à cultura e à política, combina com a imagem literária de um feudo medieval: terreno idílico da harmonia controlada pelo senhor das terras, entidade animada pelo romantismo dos tempos do Imperador e por aquele das primeiras décadas republicanas. Bela imagem!

Note-se que durante os embates pelo projeto “urbanizador”, o tema do “atraso crônico” da sociedade brasileira aparecia freqüentemente associado ao latifúndio, às relações senhoriais do mundo agrário no Brasil. A auto-imagem predominante nos colocava presos a um passado que parecia não querer nos largar. Lembre-se aqui, por exemplo, o prestígio do livro de Alberto Passos Guimarães cujo título já remetia o leitor a um problema que parecia não ter fim: **Quatro séculos de Latifúndio**,⁴ some-se também a geração de estudiosos que propunha um modo “semi-feudal” de se produzir bens agrícolas, tese de impacto incalculável na política brasileira de meados do século

⁴ GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1964.

XX. Regozijávamos com o presumido atraso de nossas estruturas políticas e econômicas e com a fundamentação de nossa cultura no espaço social do engenho.

Enfim, retomando, é a *Casa Grande* de Gilberto Freyre o espaço onde não há direitos, onde não há autonomia política das pessoas, onde a vida privada é tão mal definida quanto a pública; é o espaço onde a vida moral se subordina plenamente aos desmandos do senhorio. No que diz respeito ao trabalho, as hierarquias entre os homens da *Casa Grande* definem-se pelo grau da liberdade de que dispõem para distanciarem-se do trabalho compulsório. No que toca à partição da riqueza, definem-se pelo que se consegue abocanhar por meio de suas relações interpessoais. No que tange à cultura, definem-se pela maior proximidade ou afastamento da família senhorial *stricto-sensu*, qualquer que ela seja. Enfim, este é um espaço de larga autonomia, onde a intervenção do poder central é nula, ou quase nula (seja ele regional, português, imperial, republicano ou ainda eclesiástico). E, ainda, é um território onde as relações entre os homens não mudam, ou mudam apenas muito lentamente, enterrando todos os projetos modernizadores na sua preguiçosa e conservadora pachorra.

A adoção de uma imagem carregada destes elementos como fundamento para o estudo da cultura brasileira trouxe embaraços significativos. Em primeiro lugar, restava o problema de como associar esse mundo eminentemente rural ao Brasil das capitais litorâneas. Como articular essa idéia de um Brasil harmonizado pelas relações interpessoais do engenho com o mundo urbano dos ofícios, das manufaturas, dos estaleiros, das câmaras de governo citadino, da política vivida, das estruturas religiosas, dos colégios, das academias? Refiro-me aos séculos XVII e XVIII, ao menos até o governo do Marquês de Pombal.

O problema não é simples e não encontrou solução consistente até o momento, seja pela falta de seguidores de Freyre ou pelo desinteresse dos seus alunos, seja pelo desenvolvimento posterior da Antropologia no Brasil, seja pelo fato da questão não ter sido colocada claramente ou mesmo pelo fato de termos encontrado uma explicação dos males do presente num passado colonial do qual já nos desfizemos. De qualquer maneira, basta um simples olhar dirigido aos livros de compilação e de divulgação histórica para percebermos que a alternativa da anulação da vida urbana do Brasil durante o tempo do domínio lusitano foi opção adotada quase generalizadamente. É fácil perceber que eliminar da História do Brasil os carpinteiros, os pedreiros, os sapateiros, os pescadores, as lavadeiras e outros ofícios típicos da cidade, junto com os

colégios, escolas, academias eventuais ou duradouras, tribunais e outras instituições urbanas, elimina também o áspero problema ao qual nos referimos. Afinal, a concentração da atenção dos estudiosos e eruditos sobre temas da cultura próprios a um recanto agrário traz consigo o abandono daquilo que não se apresenta no engenho: a literatura, o teatro, a história, a ciência, a política e os demais temas ligados à cultura das capitais.

Tudo se passa como se aquilo que fosse especificamente brasileiro, marco de nossa cultura, não-português, nascesse no engenho nordestino do século XVIII.

Não será exagerado dizer que Gilberto Freyre contribuiu substancialmente para a consolidação dessa imagem dos tempos coloniais. Com a operação, perdemos também o espaço por excelência da atividade intelectual e, sobretudo, científica. E o fizemos por nosso próprio movimento. “Nascem os traços mais marcantes da cultura brasileira nas Casas Grandes do interior”. Nós mesmos dizemos isso, e basta. “As instituições duradouras da cultura e da política não o são”. “Não há ciência”. “Não há literatura”. E basta. Cumprimos nossa obrigação de refletir sobre o passado com os pés firmemente ancorados no presente.

Neste quadro, satisfazemo-nos com a literatura satírica, manuscrita, dos centros urbanos: preocupamo-nos mais com Gregório de Matos que com Antônio de Sá. Muito mais nos importa a identificação de manuscritos com rimas desconhecidas de Gregório que um manuscrito de teologia ou de filosofia natural. É certo que os textos de teologia perderam o interesse ao longo do tempo que nos separa da época do domínio português, mas o estudo da História intelectual não pode prescindir desse material, nem tampouco daqueles descrevendo e analisando a natureza do Novo Mundo.

A ciência dos tempos coloniais que vai nos importar é aquela produzida em espaços do interior nas longas peregrinações dos naturalistas, sempre em ambiente rural da América Portuguesa. Aquela praticada e ensinada em Salvador, em Olinda, Recife, Rio de Janeiro, não nos importa, *a priori*, ela já nasceu atrasada, feita por padres da “malfadada” Companhia de Jesus, ou por seus alunos, e baseada em Aristóteles, antes mesmo de ser produzida! As academias literárias, efêmeras ou duradouras não são reveladoras da cultura daqueles tempos, reuniam alguns pseudopoetas pedantes que se esforçavam em repetir Camões ou Gongora.

As Câmaras das cidades apenas administravam os interesses dos grandes senhores em exportar bens agrários e em importar homens para o trabalho compulsório

– fazer e manter os portos, cuidar do comércio exportador, etc. Preferimos, por nossa própria vontade, o governador que matou e perseguiu àquele que construiu. Por nossa própria escolha, vemos as cidades do Brasil colonial como entrepostos, sem maiores significações na formação da cultura brasileira.

Quando a permanência do valor literário, filosófico ou científico de algum autor nos obriga a considerar sua existência, nos acostumamos a tratá-lo como *avis rara*, como coisa fora do lugar. Antônio Vieira, por exemplo – aliás, este é um autor bastante expressivo da integração cultural entre a Bahia e o Portugal europeu (para usar uma expressão mais significativa na atualidade). Preferimos estudar um Vieira místico, literato, como se fôramos a própria Inquisição; preferimos seu **Quinto Império** à sua atividade diplomática; o deleite de seus sermões à rudeza de seus memoriais políticos e filosóficos. Outro exemplo, D. Francisco Manuel de Melo, que escreveu em Salvador uma de suas obras mais conhecidas – **Carta Guia de Casados**. Escolhemos vê-lo como um desterrado na Bahia a considerar que sua estadia entre os do Brasil nos rendeu uma obra importante da literatura em língua portuguesa do século XVII. Os astrônomos e os matemáticos que porventura são identificados em seu exercício na América Portuguesa não nos importam, afinal, seus trabalhos foram produzidos em ambiente essencialmente urbano, escritos em latim, e suas obras eram apreciadas por gente que vivia nas cidades, portuguesas ou não.

Estas questões sobre a imagem predominante da cultura brasileira nos tempos coloniais não são certamente da responsabilidade de Gilberto Freyre. Seria grave engano atribuir a ele esse feito. O Brasil de urbanização intensificada em meados do século XX olhava para seu passado agrário como quem vê o idílio perdido. Nesse momento, vivíamos a rudeza das relações sociais das cidades e facilmente abraçamos regionalismos em todos os gêneros em que a invenção literária se intrometeu. Contudo, o mestre pernambucano em muito reforçou estas noções, no mínimo por atrair as atenções para a malemolência de uma cultura que emerge de relações interpessoais na Casa Grande de engenho do século XVIII. E, ao fazer isso com o brilhantismo conhecido, excluiu a vida urbana de nosso passado, com seus mais significativos produtos, entre eles a ciência e o conhecimento do mundo natural. Será certamente injusto culpá-lo por isso, mas não se pode deixar de constatar que sua obra em muito estimulou essa imagem.

De fato, a cultura urbana do Brasil dos séculos XVII e XVIII era bastante mais consistente do que deixa a entender **Casa Grande** e seus apologistas. Tomemos a instituição cultural mais importante, o Colégio da Bahia da Companhia de Jesus. Ali se formaram os mais expressivos intelectuais do Brasil dos primeiros dois séculos de sua existência. Não é deletério lembrar que o famoso Antônio Vieira ali chegou ainda criança e dali saiu homem feito, ou padre feito, em 1641 para celebrar em Lisboa a Restauração da independência política de Portugal. A representação levava as notícias da adesão da Bahia a D. João IV de Bragança, entronizado na seqüência do golpe que depôs o domínio castelhano em dezembro de 1640, levava ainda a representação baiana às cortes do reino novamente independente. É importante lembrar que, neste tempo, o jesuíta contava mais de trinta anos de idade e já tinha terminado toda a sua formação intelectual no Colégio de sua ordem religiosa em Salvador.

Também se formaram nos colégios da Companhia de Salvador, ou naquele do Rio de Janeiro, Simão de Vasconcelos, Antônio de Sá, Sebastião da Rocha Pita e inúmeros outros importantes personagens da cultura colonial. Lecionavam ali teólogos, filósofos, bem como matemáticos e astrônomos dos séculos XVII e XVIII. Naqueles espaços físicos realizavam-se encontros e récitas de poesia, teatro e demais manifestações artísticas e culturais cabíveis naqueles tempos. Também nestas instituições os padres faziam e vendiam seus medicamentos, transformando em riqueza o conhecimento adquirido da natureza brasileira. Para as escolas dos jesuítas se dirigiam também e em primeiro lugar os filósofos viajantes que passavam por aqui. Nestes espaços eles discutiam com seus pares locais. Em alguns casos, essa interlocução deixou registros significativos, como o testemunho do matemático Valentin Stansel do Colégio da Bahia, que informa ter recebido de presente de um viajante francês de passagem por Salvador um exemplar do famoso livro **Principes de la Philosophie** de René Descartes, em meados dos anos 1670. Esse padre, aliás, também era lido e respeitado pelos membros da *Royal Society* de Londres, nos últimos anos do século XVII, conforme atesta a citação feita por Isaac Newton de um seu escrito astronômico.⁵

É claro, não se trata aqui de exaltar a cultura urbana do Brasil para muito além do que os resíduos documentais nos permitem ver. Nem mesmo de exaltar uma cultura religiosa, católica e jesuíta para além do que permite a análise dos livros e documentos restantes desta atividade. Mas trocar um Brasil vivo e dinâmico das capitais litorâneas

⁵ Cf. NEWTON, Isaac. **Philosophiae Naturalis Principia Mathematica**. Londres, 1687, p. 507-508.

pela pachorra da Casa Grande parece desprezar o que os mais intrépidos homens de ciência e de cultura dos séculos XVII e XVIII bem souberam valorizar.

Tomemos a título de exemplo a Academia Brasílica dos Esquecidos, que se reuniu em Salvador em 1724.⁶ Seus objetivos contemplavam a escrita da História da América Portuguesa nas dimensões e segundo o projeto historiográfico em voga naqueles tempos. De fato, entre rimas variadas e exaltações a Vasco Fernandes César de Meneses, Conde de Sabugosa e Vice-Rei, os acadêmicos debatiam a História eclesiástica, militar, natural e política do Brasil. Religiosos, advogados, juízes, professores e soldados contaram a sua História, uma História deles, contada por eles. De todo o seu trabalho, ficou-nos impressa a obra de Sebastião da Rocha Pita, entusiasta da academia de Salvador: a *História da América Portuguesa*, editada em Lisboa no ano de 1730.⁷ Neste livro, o autor não fala das mazelas nem dos deleites da vida dos senhores das casas de engenho, tampouco nos fala dos escravos que ali deixavam seu suor. A História que Rocha Pita nos conta é aquela da conquista e da ocupação do Brasil, vista por um homem da capital, por um escritor importante que bem soube colher os melhores frutos de seus estudos no Colégio da Bahia, onde ainda vivia Antônio Vieira em seus últimos anos.

Essa dificuldade em caracterizar a cultura urbana brasileira nos seus dois primeiros séculos não imperou generalizada e absolutamente nos últimos cinquenta anos. Diversos estudiosos se debruçaram sobre temas tipicamente urbanos, avançando tentativas de síntese importantes. Por exemplo, há alguns anos, Maria Fernanda Bicalho publicou seu estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro, seu espaço político no Império português e seus dilemas de cultura.⁸ Não se trata de estudo que coloca a urbe apenas como espaço de transição entre o produtor rural e o mercado europeu; ao contrário, busca o sentido da ação política cidadina e as respostas dadas pela cidade aos inúmeros problemas que viveu no século XVIII. Mesmo no terreno da História Econômica, estrito senso, estudos variados buscam desbravar o caminho aberto pela identificação de grupos de mercadores especificamente urbanos que agiam num sentido bem mais vasto

⁶ Boa parte da documentação da Academia Brasílica dos Esquecidos foi publicada já há alguns anos: CASTELLO, José Aderaldo. **O Movimento Academicista no Brasil**. São Paulo: Secretaria Estadual de Cultura, 1969-1978. 14 v.

⁷ Cf. ROCHA PITA, Sebastião da. **História da América Portuguesa desde o ano de mil e quinhentos de seu descobrimento até o de mil setecentos e vinte e quatro**. Lisboa: José António da Sylva, 1730.

⁸ Cf. BICALHO, Maria. Fernanda. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

do que a acumulação de capitais na Metrópole. João Fragoso, por exemplo,⁹ que embora tratando de época tardia para o que nos interessa aqui, conseguiu refinar a interpretação do que vínhamos considerando ser a economia colonial. Também os estudos de Íris Kantor sobre as academias brasileiras do século XVIII em muito contribuem para um melhor entendimento do papel das culturas urbanas na formação do Brasil.¹⁰

Para aqueles que se preocupam principalmente com a História da Ciência, a opção de considerar a cultura brasileira nascendo basicamente na Casa Grande carrega o efeito perverso de reduzir a nada o esforço dos acadêmicos de 1724, aquele dos padres da Companhia de Jesus e todos os demais trabalhos de estudo da natureza empreendido por gente do Brasil, nas suas cidades, durante mais de dois séculos. Importam apenas as expedições explanatórias. O trabalho de síntese, o tratamento das informações e o arranjo do conhecimento, não houve no Brasil. No lugar do entreposto comercial, as cidades do Brasil colonial caracterizavam-se como pontos de passagem em que os homens de ciência vindos de fora do Brasil organizavam suas expedições explanatórias. Afinal, a cultura brasileira é aquela dos engenhos, adocicada dos melaços, e tão somente.

Desta forma, empreender um estudo sobre qualquer tema de História da Ciência no Brasil dos tempos coloniais esbarra num grande problema: o Brasil dos engenhos, o Brasil da *Casa Grande*.

Não tratamos aqui do engenho efetivo, daquele produtor do açúcar branco que a Europa devorava avidamente. Esse, inclusive, em nada se parece com aquele de onde se deveria fugir para prosperar, segundo descreveu e analisou Gilberto Freyre. O engenho do século XVII é unidade bastante complexa e sua produção, montagem e manutenção em nada se parece com coisa que poderia ser feita por um preguiçoso senhor escarrapachado numa rede. Ao contrário, o mecanismo das rodas, a moagem, o cozimento e o refino são operações bastante complexas e que exigem preparo por parte daqueles que operam a produção.¹¹

⁹ FRAGOSO, João Luís. **Homens de Grossa Ventura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

¹⁰ Cf. KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana 1724-1759. São Paulo: Hucitec, 2004.

¹¹ Cf. ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas, com várias notícias curiosas do modo de fazer assucar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas e descobrir as de prata e dos grandes emolumentos que esta conquista da America meridional dá ao Reyno de Portugal com estes & outros generos**. Lisboa: na Officina Real Deslandesiana, 1711. Uma excelente análise dos engenhos brasileiros por ser encontrada na obra, já antiga: GAMA, Ruy. **Engenho e Tecnologia**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

Com isso, conforme esperamos ter ficado claramente exposto, pode-se concluir que os problemas efetivos com que se depara o historiador das ciências dos tempos coloniais não são tão específicos assim. Em nada muda a perspectiva apresentada se concentrássemos nossas atenções em matéria jurídica, por exemplo, ou literária. Porém, vemos claramente que é a cultura acadêmica acumulada, suas opções pregressas acerca do passado, que guiam nossas interrogações do presente, e nossos esquecimentos presentes.

Ao contrário do que pode parecer, não é o desejo de elogiar um mestre, ou um grupo de mestres, agregando a eles o epíteto de pioneiros em meio à ignorância: não esquecemos o passado científico do Brasil apenas por um esforço de partição de méritos, o fazemos pela força de imagens pregnantas de um passado que deixamos há longo tempo.

